



FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS LATINOAMERICANAS: DA GÊNESE ÀS RUPTURAS DECORRENTES DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA, NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Universidade Do Vale Do Itajaí – Univali

raquelfontespereira@gmail.com

Resumo

O estudo da gênese e evolução das formações sociais americanas demonstra que elas foram determinadas, desde as suas origens, por impulsos externos que atuaram sobre forças produtivas internas, razão pela qual são insuficientes as interpretações centradas apenas na consideração de seu caráter dependentista. Com base no paradigma de formação sócioespacial (M. Santos), associado à teoria da dualidade básica (I. Rangel) e à consideração das “múltiplas determinações” (K. Marx) definidoras das formações latinoamericanas, busca-se analisar os fatores externos e internos responsáveis pela configuração sócioespacial das colônias iberoamericanas, onde a economia e a sociedade se organizam voltadas para fora, atendendo interesses mercantis europeus, partindo de características naturais e humanas próprias. Plasmadas histórica e geograficamente, essas formações resultam de complexas combinações (A. Cholley), devendo ser apreendidas no contexto do colonialismo, enquanto o processo de independência coincide com uma nova era na qual o capital comercial perde a supremacia para o capitalismo industrial inglês.

Palavras-chave: formação sócioespacial, combinações geográficas, colonização e independência das nações latinoamericanas.

Abstract

The study of the genesis and evolution of the American social formations shows that they were determined, since their origins, by external impulses that acted over internal productive forces, reason which makes the interpretations centered only in the consideration of its dependent character insufficient. Based on the paradigm of social-spatial formation (M. Santos), associated to the basic duality theory (I. Rangel) and to the consideration of the “multiple determinations” (K. Marx) which define the Latin American formations, an analysis of external and internal factors responsible for the social-spatial formation of the Ibero-American colonies is performed, where the economy and society are organized towards the exterior, responding to the European mercantile interests, starting from their own natural and

human characteristics. Historically and geographically modeled, these formations are a result of complex combinations (A. Cholley), and must be analyzed in the context of colonialism, while the process of independence coincides with a new era in which the commercial capital loses its supremacy for the British industrial capitalism.

Key-words: Social-spatial formation, geographic combinations, colonization and independence of Latin American nations

O presente trabalho discute a gênese das formações sociais latinoamericanas, buscando demonstrar que elas foram determinadas, desde as suas origens, por impulsos externos que atuaram sobre as forças produtivas internas, razão pela qual é incompreensível fora do contexto histórico e geográfico dos séculos XV e XVI, ligado à expansão do mercantilismo. Por outro lado, o processo de independência das nações latinoamericanas tem início quando o desenvolvimento econômico europeu assinala a transição para o capitalismo industrial, obedecendo a diferenças e particularidades, de acordo com as condições dominantes nas diversas regiões da América, desde o Vice-Reinado do México até o Brasil, passando pelos Vice-Reinos de Nova Granada, do Peru e do Prata. Há um contexto europeu – e em especial ibérico – que condiciona a evolução histórica das colônias as quais irão constituir estruturas específicas, ditadas pelas particularidades do meio natural e humano do Novo Mundo. As formações coloniais podem ser politicamente subordinadas, mas a origem e evolução das estruturas internas que surgem na América colonial não correspondem à mera projeção dos interesses das Coroas ibéricas. Assim, embora não seja autônomo e nem resulte apenas das forças internas, o processo evolutivo das formações sociais periféricas não pode ser interpretado como mero reflexo das determinações emanadas das metrópoles, pois decorre de uma complexa trama de elementos.

Os modelos explicativos centrados nos elementos externos dão uma ênfase excessiva ao capital mercantil das metrópoles e reduzem o papel do mercado interno, desconsiderando a categoria de modo de produção e priorizando a esfera da circulação em detrimento da produção, além de negar as especificidades de cada formação social. Nessa vertente de análise, há uma base teórica em cuja raiz situa-se o entendimento de que o interesse comercial representa o elemento definidor das relações capitalistas, o que já encerra em si uma dificuldade, por implicar na suposição de que o capitalismo surge na esfera da circulação como consequência da ampliação das trocas.

A perspectiva teórica aqui defendida adota como fundamento o paradigma de formação sócioespacial¹, proposta metodológica formulada nos anos de 1970 por M. Santos (1982), a qual se associa a teoria da dualidade² de I. Rangel (1957) que interpreta a formação social brasileira como resultante da combinação de diferentes modos de produção, bem como a consideração das “múltiplas determinações” (MARX, 1979) responsáveis pelas formações latinoamericanas desde as suas origens. No processo de conquista da América, continente que, como nenhum outro, se estende de polo a polo, as características de suas diferentes regiões quanto às suas características físicas, à densidade demográfica e ao grau de civilização dos indígenas propiciaram mudanças nas forças produtivas/relações de produção impelindo para frente, sob o comando do capitalismo mercantil, as áreas aparentemente condenadas ao anecúmeno ou a comunismos muito primitivos e empurrando para a retaguarda aquelas que pareciam mais propensas ao desenvolvimento nas quais foi implantado um feudalismo avançado (RANGEL, 1993, p.8-9).

A diversidade do contexto natural e humano no Novo Mundo

As condições naturais e humanas encontradas nas Américas desempenharam um papel fundamental no processo de conquista e colonização, definindo os rumos da organização e apropriação dos territórios que corresponderiam mais tarde ao Brasil e às nações hispanoamericanas, nascidos de antigas colônias de exploração. Ao estabelecerem suas colônias de além-mar, Portugal e Espanha o fizeram a partir das condições que se apresentavam, tanto do ponto de vista histórico, quanto geográfico³. O processo se inicia repleto de particularidades temporais e espaciais que atuam decisivamente na forma de apropriação das terras descobertas, onde a partir de um espaço natural e de populações nativas, começa a construção de um novo espaço social, determinado também pela complexa conjuntura européia e, particularmente, a Ibérica. O espaço colonial sofre as determinações emanadas das metrópoles, as quais, por sua vez, serão modeladas por uma realidade concreta, por um conjunto de formas e elementos que as terras americanas dispunham como base para a edificação das novas sociedades⁴. Há, pois, uma complexa rede de elementos naturais e humanos, gerais e específicos que combinados imprimem os rumos da trajetória a ser percorrida pelos países latino-americanos, sujeitos a influências externas e a dinâmicas internas, em que a dimensão espacial é incorporada à história. A economia e a sociedade dos futuros países da América Latina começam a se organizar voltadas para fora, atendendo aos interesses mercantis europeus, partindo, porém, de bases naturais e humanas distintas. Esse entendimento, longe de representar uma simplificação determinista, implica no reconhecimento do peso de uma realidade vital contida no espaço do Novo Mundo que vai, num primeiro momento, condicionar as feições particulares do empreendimento colonial no Brasil, no México, no Peru e até mesmo na Nova Inglaterra. A geografia do território conquistado, isto é, a distribuição e a associação no espaço americano dos vários elementos naturais e humanos — combinada às determinações ditadas pelos povos conquistadores — serão responsáveis pela gênese e evolução das formações coloniais. Ou seja, as formações econômico-sociais latino-americanas são realidades concretas, plasmadas histórica e geograficamente, resultantes de variadas combinações (CHOLLEY, 1964) de elementos naturais e humanos que se diferenciam tanto espacial quanto historicamente, razão pela qual devem ser apreendidos em seus distintos processos naturais e históricos, inseridos na conjuntura do início do século XVI, período em que começa a se desenhar um espaço mundializado.

O contexto europeu e ibérico no início da Idade Moderna

Apesar das raízes ibéricas comuns, as distinções entre o Brasil e o território colonial espanhol, já podem ser percebidas desde a época do descobrimento, tanto no que diz respeito aos aspectos internos como nas políticas adotadas pelas duas metrópoles, marcadas, cada uma delas também, por características particulares.

Ao reconstituir a gênese das formações sociais latino-americanas através da aplicação da proposta teórica de I. Rangel acerca da dualidade básica, definida como uma realidade que está estruturalmente colocada na base da evolução histórica das formações sociais americanas no momento do descobrimento, é preciso recuar no tempo e analisar a Europa do final do século XV e início do XVI. Assim, diante das características próprias do imenso território colonial (extensão, condições climáticas, configuração do relevo, cobertura vegetal, hidrografia, densidade demográfica associada ao nomadismo e semi-nomadismo das populações autóctones) serão implementadas relações de produção compatíveis com as forças

produtivas coloniais e, ao mesmo tempo, capazes de satisfazer os interesses mercantis das metrópoles. Esse processo, que se estende do século XVI ao XIX, está profundamente vinculado às particularidades naturais e humanas e também à dinâmica econômica interna, articuladas às motivações das Coroas ibéricas. A trajetória histórica iniciada com o descobrimento foi forjada a partir de condições específicas (forças produtivas) mais ou menos favoráveis ao estabelecimento de diferentes relações de produção. O caráter complementar e periférico da economia colonial, voltada aos interesses das metrópoles ibéricas, inseria-se no contexto europeu da época quando, nas fendas do feudalismo, começam a surgir novas relações de produção que darão origem ao capitalismo.

Pouco antes dos navegadores portugueses chegarem às terras que hoje correspondem ao Brasil, Colombo já havia descoberto a América, desembarcando em terras da América Central (em 1492). A realidade americana com a qual espanhóis e portugueses se deparam é, porém, bastante variada do ponto de vista geográfico, tanto natural como humano. Portanto, no momento do descobrimento da América e, logo em seguida do Brasil, o continente americano apresenta uma grande diversidade natural e humana. Nas terras que depois viriam a constituir as colônias espanholas havia maior heterogeneidade do ponto de vista natural, enquanto do ponto de vista humano, existiam áreas de maior densidade demográfica e povos sedentarizados em estágios de civilização mais avançado. No Brasil, em contrapartida, havia uma relativa homogeneidade física, porém os índios que aqui viviam, além de nômades ou seminômades, encontravam-se num estágio primitivo de civilização, além de haver também áreas anecúmenas, o que ocorria, igualmente em muitas regiões da América espanhola, como é o caso, por exemplo, de terras que hoje correspondem ao extremo sul do Chile e da Argentina.

Por outro lado, as Coroas Ibéricas que descobrem e colonizam a América, no que se refere à sua formação social, apresentavam também especificidades. O povo ibérico deu origem a duas nações - Portugal e Espanha - histórica e geograficamente muito próximas, as quais possuem, cada qual, por força da própria evolução histórica, suas singularidades. No caso específico de Portugal, é preciso destacar que no contexto europeu muito precocemente, já desde o século XII, apresentava-se como um reino unificado, embora não fosse um Estado no sentido nacional, moderno, onde ocorreria, além da unificação, a revolução de 1383 que levou ao trono o Mestre de Avis (classificada por alguns autores como uma revolução burguesa, embora pareça mais correto tomá-la como um momento de fortalecimento do absolutismo luso)⁵, bem como a expulsão dos mouros já no século XII. Em função da proximidade, os limites com os reinos espanhóis vizinhos estavam também claramente definidos, o que impossibilitava a expansão territorial, restando aos portugueses, como alternativa, apenas a expansão marítima, o que ajuda a compreender as iniciativas que fizeram deles os precursores nas descobertas marítimas. Na Espanha, porém, apenas começava a se esboçar uma centralização administrativa com a união dos Reis Católicos, Fernando e Isabel. Somente no ano em que a América é descoberta (1492) é que os espanhóis haviam conseguido, finalmente, expulsar os mouros de seu território. Dentre outras, essa é uma das particularidades da formação social da Espanha e de Portugal, as duas nações localizadas na Península Ibérica que apresentam, ao longo de suas trajetórias históricas, também vários pontos em comum.

No continente americano existe, igualmente, uma grande diversidade regional, decisiva para o processo de conquista e colonização. As terras que hoje correspondem ao Brasil apresentavam características naturais e humanas mais homogêneas que influenciam os rumos da formação social brasileira. A aplicação da teoria da dualidade de I. Rangel que trabalha com a categoria

de formação social, da mesma forma que o paradigma de formação sócioespacial sugerido por M. Santos permitem a visualização das especificidades ignoradas por estudiosos da evolução das formações coloniais, consideradas uma consequência direta das ordens emanadas pela Coroa, como se o Brasil, assim como o restante da América Latina, fossem um simples resultado das determinações impostas pelos reinos ibéricos. A perspectiva teórica apontada por Rangel possibilita – através do conceito de formação social – a percepção das especificidades, isto é, das forças endógenas que atuam no processo de evolução das formações nacionais latinoamericanas. Tal enfoque favorece o reconhecimento das singularidades, bem como a identificação das semelhanças entre essas formações sociais. Ressalte-se que se os condicionantes fossem os mesmos do rio Grande (divisa entre o México e os Estados Unidos) à Patagônia, as nações que se formaram nas terras das ex-colônias ibéricas seriam todas iguais. A partir de uma primeira determinação que de ordem natural, espacial - daí o significado do paradigma de formação sócio-espacial - já é possível perceber que, desde o momento do descobrimento, a organização sócioespacial, em razão das especificidades regionais, não se realiza da mesma forma em toda a extensão do vasto continente americano. Assim, por exemplo, é possível identificar, desde os primórdios do processo de colonização, o clima como um condicionante de suma importância, pois os colonizadores, movidos por interesses mercantis, vão organizar inicialmente a produção apenas nas áreas tropicais, nas quais podiam ser produzidos os gêneros que interessavam ao comércio europeu e que não coincidiam com o que era produzido na própria Europa. Diante deste quadro, comprehende-se que as regiões temperadas da América fossem inicialmente relegadas a um plano secundário pelas metrópoles ibéricas, uma vez que seus interesses estavam voltados para os produtos tropicais ou para a obtenção de metais preciosos.

Na América espanhola havia, como se sabe, uma maior densidade demográfica, representada por povos sedentarizados em estágio mais avançado de civilização (VIEIRA, 2007). Daí porque foi possível à Espanha estabelecer, através dos conquistadores, logo de início, relações feudais de produção com as nações indígenas que ficaram acéfalas, visto que os índios se encontravam em condições de ser imediatamente submetidos à condição de servos do reino de Castela. Os conquistadores espanhóis se apropriaram imediatamente do que era produzido nestas áreas, implantando relações de vassalagem entre os ameríndios e a metrópole. Nas áreas ocupadas sobretudo por astecas (no México) e incas (no Peru), foram logo encontrados os recursos naturais mais cobiçados: os metais preciosos. A grande riqueza destes impérios favoreceu o saque direto e a dominação dos nativos, através do desmantelamento das estruturas socioeconômicas vigentes. A conquista espanhola elimina os governantes das sociedades pré-colombianas e terminada a fase da conquista - concluída em aproximadamente trinta anos – começa a ser organizada a produção. Desde o início, a exploração espanhola se realiza sobre o monopólio e a preferência dada às minas frente à agricultura. Muito embora o empreendimento agrícola, diante do interesse pela extração de minerais nobres (o principal deles, a prata), ocupasse um plano secundário, a colonização se assenta em torno desses dois eixos. Os altiplanos e as montanhas elevadas do México ao Peru (estes dois territórios constituíram os dois primeiros vice-reinos das Índias) abrigam o núcleo da colonização hispanoamericana por sua riqueza mineral e também pela maior concentração da população indígena cuja organização, no momento em que se dá a conquista, favorece a exploração colonial⁶.

No caso do Brasil, entretanto, não havia nada, além da própria terra, que pudesse ser apropriado de imediato pela Coroa portuguesa. Dessa forma, os portugueses, pioneiros na arte da navegação, tiveram que se tornar pioneiros também na implantação das atividades produtivas nas terras tropicais de sua colônia americana, o futuro do Brasil. Diante das

dificuldades de utilizar a mão de obra indígena – visto que os índios eram ainda nômades e, em consequência, pouco afeitos a atividades de caráter mais regular – introduziram no Brasil os escravos trazidos do continente africano. Reside aí mais uma diferenciação entre a colonização portuguesa e a espanhola, já que, em função de sua prolongada busca por novas terras, Portugal tivera contato com outros povos, entre os quais os negros da África, introduzidos como mão de obra nas grandes propriedades monocultoras. A partir do trabalho forçado a que foram submetidos os escravos africanos, o modo de produção escravista se torna dominante no interior das fazendas. É assim que tem início, desde o momento em que a organização produtiva da colônia começa a ser estruturada, o que Rangel chama de dualidade, ou seja: internamente se prevalece o modo de produção escravista, pois os portugueses que para cá se transferem são senhores de terras e de escravos, enquanto externamente, suas relações com o rei de Portugal são de vassalagem, o que significa dizer que no âmbito das relações externas – com a Coroa Portuguesa – prevalecem as relações feudais. Isso ocorre no mesmo período em que, conjunturalmente, a Europa, vivendo a época dos grandes descobrimentos, está no seu interior - no seu polo interno - sob o domínio das relações feudais de produção que começam a ser ameaçadas por fissuras decorrentes da emergência do capitalismo mercantil.

Percebe-se, então, que os senhores de terras e de escravos do Brasil se colocam como vassalos do rei de Portugal, num relacionamento de tipo feudal e através do rei é que passam a ter contato com o capital comercial europeu. Essa relação feudal já se definira muito antes do descobrimento do Brasil, visto que, desde o Tratado de Tordesilhas (1494), as terras do Novo Mundo haviam sido divididas entre as Coroas portuguesa e espanhola. Em consequência, o território colonial, um dos componentes das futuras nações latinoamericanas, é demarcado antecipadamente, ou seja, há uma precedência do território, visto que antes mesmo do descobrimento do Brasil se tornar uma realidade, as terras foram divididas entre os dois reinos, muito embora o espaço colonial português tenha sido expandido posteriormente pela ação dos bandeirantes. O Tratado de Tordesilhas torna os reis de Portugal e da Espanha senhores absolutos das terras que viriam a constituir o Brasil e os demais países da América Latina. No caso específico do Brasil-Colônia, o rei de Portugal, senhor absoluto das terras, toma a iniciativa, em 1532, de dividir o seu vasto território em Capitanias Hereditárias. Os capitães donatários tornam-se seus vassalos e dele recebem permissão para doar parte das terras em sesmarias àqueles que pudesse explorá-las, criando, assim, uma hierarquia feudal. Tal situação se estende por todo o período colonial, durante o qual dominam no polo interno, relações escravistas e, no polo externo, relações feudais mantidas por esses senhores de terras e de escravos com a Coroa portuguesa. Assim, a propriedade feudal ainda existente na Europa no final do século XV e, sobretudo, na Península Ibérica, é transplantada para a América dando origem aos imensos latifúndios doados aos conquistadores espanhóis e capitães donatários no Brasil. É assim que, conforme Chaunu (p.46), nasce na hispanoamérica o *encomiendero* espanhol que, com a terra, recebia a *encomienda*, lote de índios a ser explorado nas especulações coloniais.

O processo de independência das colônias iberoamericanas

Apenas no final do século XVIII e inícios do século XIX é que essa realidade começa a se modificar. Nesse período histórico que precede a independência das colônias, observa-se uma diferenciação entre o quadro português (de Portugal e, por consequência, do Brasil-Colônia) e o espanhol (da Espanha e de suas colônias americanas). No caso de Portugal, o rei – na verdade, o príncipe que viria a ser mais tarde o rei D. João VI – vem para o Brasil com toda a

Corte, estratégia que evita a submissão da Coroa portuguesa às tropas de Napoleão Bonaparte. Na Espanha, o rei se vê forçado a se render, assinando a rendição de Bayona, fato esse que divide seus súditos coloniais entre a fidelidade ao próprio rei deposto, a obediência ao novo rei colocado no trono espanhol por Napoleão e os anseios pela conquista da independência (PEREIRA, 1997). A onda revolucionária que varre os domínios coloniais da Espanha na América era dificultada pelas longas distâncias e falta de contato entre os diferentes núcleos humanos, particularismo esse fruto da fragmentação geográfica, em que praticamente o único meio de comunicação entre esses vastos espaços no início do século XIX era realizado através das comunicações marítimas. A causa da Independência é dificultada pelo cenário internacional e pela falta de unidade social, étnica e geográfica, circunstâncias que impõem um caráter mais militar às lutas pela independência dos países originários do território colonial espanhol.

Quanto ao Brasil, a transferência da família real portuguesa para o território colonial começa a preparar o terreno para a Proclamação da Independência, criando uma infra-estrutura administrativa e outras melhorias que aceleram o processo de internalização do capital comercial já iniciado no final do século XVIII. Isto significa dizer que o capital comercial até então concentrado nas mãos dos portugueses começa, gradativamente, a se transferir para as mãos de brasileiros, dispensando a intermediação dos comerciantes portugueses, visto que o monopólio comercial que as áreas coloniais mantinham com as suas respectivas metrópoles era perfeitamente dispensável (PEREIRA, 1999, p.56). Ao final do primeiro quartel do século XIX, Portugal perdera seu território colonial americano, enquanto a Espanha conservava apenas Cuba e Porto Rico.

Esses aspectos relacionados à dinâmica interna, diferentemente da visão de I. Rangel que permite reconhecer as especificidades de cada realidade por trabalhar com a categoria de formação social, são negligenciados por autores que não utilizam o conceito de modo de produção por estarem absorvidos pela visão circulacionista (isto é, centrada no comércio e não na produção), desconsiderando os elementos endógenos na análise de formações sociais situadas na periferia do sistema capitalista.

A internalização do capital comercial vai se fazendo paulatinamente e, em 1822, com a Independência o capital mercantil da metrópole é substituído pelo nacional, situação esta que também ocorre no território colonial hispanoamericano, no início do século XIX, quando várias nações vão se tornando independentes. Os senhores feudais (em maioria) e, ao lado destes, os senhores de escravos, como é o caso das áreas litorâneas do Equador e da Venezuela que cultivam produtos tropicais comercializam também a sua produção, além do expressivo papel que passa a ser desempenhado pelo capital comercial concentrado em várias praças comerciais, como acontece, por exemplo, em Buenos Aires e outras capitais. No caso brasileiro, além dos maiores comerciantes de escravos já serem brasileiros, a interiorização do capital comercial é estimulada pela descoberta, no final do século XVII, das primeiras minas de ouro em Minas Gerais. O chamado ciclo do ouro intensifica a circulação interna com base nas tropas de mulas e no transporte de gado em pé levado das áreas de pecuária (sertão Nordestino e Rio Grande do Sul) para as áreas de mineração.

O privilegiamento dessa dinâmica interna, expressa de forma original na interpretação rangeliana do processo histórico brasileiro e dos demais países, é que facilita apreender as possibilidades de acumulação interna a qual, por sua vez, estimula a evolução socioeconômica e cria condições para que as forças produtivas e as relações de produção saltem para estágios mais avançados. No momento da Independência, o Brasil apresenta internamente relações

escravistas de produção, ao mesmo tempo em que, gradativamente, se internaliza o capital comercial. No plano externo, a intermediação do capital comercial português é dispensada porque o país já podia se relacionar diretamente com o capital industrial do centro mais dinâmico do sistema - a Inglaterra - sem a intermediação da Coroa portuguesa, situação idêntica a que ocorre também nas ex-colônias espanholas que vão se tornando independentes. A permanência do próprio filho do rei de Portugal - o príncipe D. Pedro - à frente do governo da nova nação, por um lado, neutralizava as demonstrações de descontentamento e, por outro, representava o que havia de mais típico nos interesses mercantis de Portugal, cujo rei sempre estivera na liderança das atividades comerciais. Já no caso da América espanhola a guerra da Independência apesar de opor as colônias revoltosas à metrópole, não deixou de representar uma guerra civil, com todas as suas atrocidades, na qual facções diferentes da elite se defrontavam, ora como luta de classes, ora como luta racial.

No Brasil, durante todo o período imperial, vários elementos demonstram a importância que assume o capital mercantil, a começar pelos grandes comerciantes que se destacam como políticos de projeção no Império, como é o caso de Antônio da Silva Prado, detentor da concessão para cobrança dos impostos de passagem das tropas de mulas por vários lugares, (exemplos: Lages-SC e São José dos Pinhais-PR) e de José Bonifácio Andrade e Silva, o Patriarca da Independência, cujo pai também era comerciante. O duplo aspecto no interior dessas formações sociais com o domínio, por um lado, dos senhores de terras e escravos associados aos comerciantes como sócios secundários é, pois, bastante visível. Os grandes líderes dos movimentos de independência das ex-colônias espanholas eram representantes dessas classes; os três grandes libertadores, Simon Bolívar, San Martin e Bernardo O'Higgins, fizeram a independência respectivamente da Grande Colômbia (que incluía as atuais repúblicas da Colômbia, da Venezuela e Equador), da Argentina (exceto as áreas que atualmente correspondem ao Paraguai, à Bolívia e aos pampas, além do Rio da Prata, onde gaúchos da Banda Oriental formaram o Uruguai) e do Chile. Finalmente, San Martin, auxiliado pela frota chilena comandada pelo inglês Cochrane, libertou a última fortaleza do poderio espanhol, o vice-reino do Peru (HOBSBAWM, 2008, p. 160).

No caso brasileiro um fato que comprova a validade da teoria da dualidade diz respeito ao ordenamento jurídico do Brasil que, como país independente, precisou de uma organização jurídica distinta do período colonial para estabelecer relações comerciais com outras nações. Do ponto de vista das relações internas, como ainda subsistiam as relações escravistas de produção, permaneciam válidas as ordenações Filipinas de 1603. Vê-se, então, que no plano interno não havia necessidade de promover mudanças jurídicas porque os senhores de escravos continuavam hegemônicos e a ruptura, no momento da Independência, se dera apenas no âmbito das relações externas, afastando o capital mercantil português. O fim das relações escravistas de produção, apesar da imposição da Inglaterra, não acontece e o próprio tráfico de escravos não será suspenso até 1850. Daí porque quanto às relações externas havia necessidade de um novo código comercial, apesar das ordenações Manuelinas e Filipinas oferecerem ainda um arcabouço jurídico suficiente para regular as relações internas entre os senhores e seus escravos.

Segundo Rangel, a evolução dos países periféricos é influenciada pelos ciclos longos ou ciclos de Kondratieff que regulam a economia mundial. A partir de 1790, o sistema capitalista apresenta períodos de expansão do ciclo (“fase A”) e períodos depressivos (“fase B”). Nas fases depressivas, eles são forçados a se adaptar à nova conjuntura mundial, fato que gera rupturas internas responsáveis por alterações nos pactos de poder mantidos pela classe dominante. Isto explica, por exemplo, a coincidência entre os períodos depressivos e os

grandes marcos da história brasileira. Assim é que na fase depressiva do primeiro ciclo longo se dá a Independência, enquanto no final do século XIX, quando o Brasil, junto com toda a economia mundial – de 1873 até 1896 – atravessa um novo período depressivo, ocorre a Abolição da Escravatura (1888), logo seguida pela Proclamação da República, em 1889.

Fica evidenciada, assim, a influência que a conjuntura internacional (fases expansivas e depressivas dos ciclos) exerce sobre a economia das nações periféricas que reagem internamente de acordo com a evolução de suas forças produtivas. Se, nos períodos de expansão, o Brasil se insere de forma dinâmica numa nova divisão internacional do trabalho, nos períodos depressivos reage também positivamente, com um dinamismo próprio, substituindo importações. Isso se dá, pela primeira vez, na fase depressiva do primeiro ciclo longo no interior das fazendas de escravos, quando acontece uma primeira substituição natural de importações. Ou seja, os escravos das grandes propriedades passam a produzir artigos anteriormente importados para atender às necessidades das próprias fazendas, dando origem à primeira substituição de importações.

O modo de produção escravista, segundo Rangel, foi o grande responsável pela preservação da unidade territorial brasileira. Uma comparação entre as nações que se originaram do antigo território colonial espanhol e o Brasil permite definir o modo de produção escravista como um dos elementos responsáveis pela preservação da unidade da colônia portuguesa, visto que o escravo, enquanto um ser “semovente” circulava por todo o território e era utilizado igualmente como mão de obra em todas as regiões do país, o que significa dizer que a escravidão era um fenômeno nacional, isto é, espalhava-se por todo o território brasileiro.

Na América espanhola onde havia dominado, desde o início da colonização, o modo de produção feudal, ocorre com a independência uma fragmentação do território colonial que dá origem a vários países, enquanto no Brasil, onde domina o modo de produção escravista, a unidade territorial é preservada. De acordo com as idéias expostas por Rangel, as relações feudais dominantes desde o descobrimento nas áreas mais povoadas e desenvolvidas da América espanhola resultam na formação de várias nações, enquanto no Brasil o predomínio das relações feudais de produção no plano interno coincide com a Proclamação da República, movimento de autonomia das províncias

Durante todo o século XVII, o território colonial português era formado por verdadeiras ilhas sem comunicação entre si, assemelhando-se, portanto à configuração do território colonial espanhol. No Norte do Brasil havia, por exemplo, o Estado do Maranhão e do Pará; o Estado do Brasil na porção centro-oriental do território, o Quilombo dos Palmares no Nordeste e poucas áreas ocupadas esparsamente na porção meridional da colônia, onde foram registradas as maiores disputas por terra com a Espanha. A permanência das relações escravistas de produção e o advento do ciclo da mineração alteram essa tendência a partir do traçado dos primeiros caminhos utilizados pelos negociantes de gado ou trilhados pelas tropas de mulas, numa demonstração de que começava a se formar um mercado interno.

Considerações finais

Coerente com o que Rangel afirma, acerca das relações feudais que se instalaram imediatamente após o descobrimento nas áreas mais avançadas e mais densamente povoadas da América espanhola, marcadas pela maior densidade demográfica e por sua compartimentação física, o processo de Independência dá origem a várias nações. No caso da

ex-colônia portuguesa – o Brasil – , a Proclamação da República, resulta da evolução do escravismo para as relações feudais de produção, regime político que concede maior autonomia às províncias. Como se buscou destacar ao longo do texto a história do Brasil e das demais nações latinoamericanas não reflete fielmente a história universal, especialmente se comparada à da Europa. Como formações periféricas, têm uma evolução que não é autônoma, porque resulta da articulação de forças produtivas internas e externas, necessitando, pois, combinar a partir do descobrimento modos de produção distintos para adequar uma realidade interna em que as relações de produção estão defasadas historicamente, às exigências da conjuntura internacional, liderada pelos países do centro do sistema capitalista⁷. Assim, com o mercantilismo deu-se o descobrimento e com o capital industrial a Independência, muito embora dominassem relações sociais mais atrasadas no interior da sociedade colonial.

Notas

¹ Essa proposta teórico-metodológica de grande importância para renovação marxista da geografia humana por reafirmar o caráter global de totalidade da visão geográfica, foi explicitada por Milton Santos no artigo “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”, publicado pela primeira vez em 1977, no *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54. Ainda no mesmo ano foi publicado também na revista *Antipode* nº 1 e, no ano seguinte, inserido no livro *Espaço e Sociedade* (Petrópolis: Vozes, 1978).

² Preocupado com as peculiaridades brasileiras Rangel escreveu *A Dualidade Básica da Economia Brasileira* em 1953, publicada no Rio de Janeiro, em 1957, pelo MEC/ISEB. Embora voltada à análise da dinâmica econômica, a teoria da dualidade abrange outras esferas da realidade social entendida como uma totalidade histórico-estrutural e permite analisar a economia e a sociedade brasileiras e podendo, igualmente, ser aplicada ao estudo de outras formações sociais periféricas.

³ Embasando a análise existe ainda uma preocupação em articular a Geografia com a História que se traduz numa interpretação que é, simultaneamente, de Geografia Histórica e de História Geográfica. Esta postura teórica representa uma retomada da tradição da Escola dos *Annales*, onde o contato entre a Geografia e a História foi muito rico e inspirou numerosas obras, num período em que historiadores e geógrafos estiveram muito próximos nos estudos que realizavam. Fernando Braudel, figura exponencial dos *Annales*, enfatizava com freqüência a influência dos geógrafos em sua formação, referindo-se especialmente ao Paul Vidal de La Blache. Em um seminário na França (Châteauvallon, 1985), realizado pouco antes de sua morte, o próprio Braudel em debate com E. Juillard alertou para o fato de que os geógrafos pareciam ter abandonado a preocupação com o espaço, reflexo talvez de um certo receio dos próprios geógrafos de serem rotulados de “deterministas”. Cabe destacar igualmente a aproximação entre as formulações dos historiadores da *École des Annales* e as interpretações marxistas, pois ambas preocupam-se com análises globalizantes, nas quais o espaço natural surge como um dos condicionantes responsáveis pela definição de uma dada realidade. Tanto Braudel como Marx insistem nessa materialidade, na importância das bases materiais - que Braudel chama de “porão”- aí incluída a natureza (o espaço natural) como uma das determinações que influenciam a evolução de uma formação social.

⁴ Esta idéia já está presente em Hegel, para quem os rigores naturais deixam certos povos “fora da história”. No texto intitulado “As Bases Geográficas da História Universal”, inserido na Introdução que precede a famosa obra *Lecciones sobre la filosofía de la Historia Universal* (Madrid: Alianza editorial, 1980), explica que na aparência não há conexão entre a natureza e o espírito de um povo - a natureza se dá como “exterior”. E ela o é efetivamente, mas “o terreno sobre o qual o espírito se move é essencialmente e necessariamente uma base”, sendo que é sobre esta base que um povo existe verdadeiramente, isto é, age e se realiza materialmente. Daí porque as diferenças naturais devem ser consideradas, pois elas fornecem as condições empíricas para o desenvolvimento histórico de qualquer povo. Para Engels em “A Dialética da Natureza”, a explicação das diferenças de desenvolvimento entre os povos passa pelas características do quadro natural e o próprio Marx, em seus escritos, não desconsidera a natureza.

⁵O absolutismo, segundo Perry Anderson, constitui um aparelho de dominação feudal alargado e reforçado, pois o Estado absolutista “nunca foi um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada” (*Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984, p. 17).

⁶O modo como se dá a conquista acentua ainda mais as desigualdades entre as várias regiões do continente. Os espanhóis ao preferirem se estabelecer “em zonas do altiplano, onde a adaptação dos europeus ao clima era mais fácil e onde, sobretudo, a presença das populações pré-colombianas de agricultores sedentários tornava possível uma sociedade agrária de tipo feudal, condenou até mesmo as terras potencialmente aptas a dar trabalho e alimentação a uma intensa população a permanecerem desérticas” (DONGHI, Túlio H. *História da América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 29)

⁷Ao se referir à relação entre a produção e o movimento histórico, Marx apresenta três resultados possíveis da conquistas: 1º) o povo conquistador submete o conquistado ao seu próprio modo de produção; 2º) deixa subsistir o antigo modo e se satisfaz com o tributo e 3º) estabelece uma ação recíproca que gera algo novo, uma síntese (*Contribuição à Crítica da Economia Política*. México: Fondo de Cultura, 1970, p. 254). Desses três possibilidades de concretização do processo de conquista citados por Marx, a formação social dos territórios coloniais iberoamericanos indica uma síntese, ou seja a combinação de modos de produção fundamentais, pertinentes à história da humanidade – escravismo, feudalismo, capitalismo – unidos dialeticamente,

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984. 641 p.
- CHAUNU, Pierre. História da América Latina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986 .126 p.
- CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de Vista Geográficos. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964. p. 139-145.
- DONGHI, Túlio H. *História da América Latina*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 (Estudos Latino-Americanos, v. 1).
- HEGEL, G.W.F. *Lecciones sobre la Filosofía de la Historia Universal*. 4 ed Madrid: Alianza Editorial, 1985. 701 p.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: Europa 1789-1848I*. 23 ed. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 464 p.
- MARX, Karl. *El Capital*. 7 ed. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- _____ *Contribuição à Crítica da Economia Política*. México, Fondo de Cultura, 1970. 290 p.
- RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957. 109 p.
- _____ 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. *Geosul*. vol.8, nº15, p. 7-18. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993.
- PEREIRA, Raquel M^a. Fontes do Amaral. Rupturas e continuidades na formação social brasileira: a transição Colônia – Império. *Geosul*. 1999, vol.14, nº 28, p. 55-60.
- _____ *A Geografia e as bases da formação nacional brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Inácio Rangel*. 1997. 277f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982. 152 p.
- VIEIRA, M^a Graciana Espellet de Deus e PEREIRA, Raquel M^a Fontes do Amaral. Geografia e Marxismo: o caso da formação sócio-espacial do Brasil Meridional. In: *Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina*. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, 2007.

